Agrilean Inputs S.A.

CNPJ/MF nº 47.983.211/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais - Em 30/06/2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	30/06/26	30/06/25	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/26	30/06/25
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.977	4.153	Fornecedores	11	8.588	6.650
Contas a receber de clientes		1.267	851	Adiantamento de clientes			
Estoques	5	4.232	5.215	– partes relacionadas	7	1.197	316
Impostos a recuperar	6	525	514	Obrigações com pessoal	12	221	326
Contas a receber – Partes relacionadas	7	7.727	1.382	Impostos e contribuições a recolher		92	53
Adiantamento a fornecedores	8	817	3.149	Outros passivos	13	910	1.192
Outros ativos		31	375			**11.008**	**8.537**
		16.576	**15.639**	**Patrimônio líquido**			
Não circulante				Capital Social	14	9.214	8.514
Impostos diferidos		43	14	Prejuízos acumulados		(2.274)	(235)
Imobilizado	9	223	285			**6.940**	**8.279**
Intangível	10	1.106	878	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**17.948**	**16.816**
		1.372	**1.177**	*As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.*			
Total do ativo		**17.948**	**16.816**				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Para os exercício findos em 30/06/2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social à integralizar	Capital Integralizado	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 30 junho de 2024	**11.429**	**(2.915)**	**8.514**	**(860)**	**–**	**7.654**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	625	**625**
Absorção do lucro do exercício	–	–	–	625	(625)	**–**
Saldos em 30 junho de 2025	**11.429**	**(2.915)**	**8.514**	**(235)**	**–**	**8.279**
Integralização de capital	–	700	700	–	–	**700**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(2.039)	**(2.039)**
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	–	(2.039)	2.039	**–**
Saldos em 30 junho de 2026	**11.429**	**(2.215)**	**9.214**	**(2.274)**	**–**	**6.940**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados - Para os exercícios findos em 30/06/2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	30/06/26	30/06/25
Receita operacional líquida	15	95.718	133.580
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	16	(84.348)	(117.103)
Lucro bruto		**11.370**	**16.477**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(4.250)	(6.359)
Despesas com vendas	16	(4.028)	(5.289)
Despesas administrativas e gerais	16	(5.571)	(5.188)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(8)	152
Total das despesas operacionais		**(13.857)**	**(16.684)**
Despesas financeiras		(375)	(829)
Receitas financeiras		808	1.938
Resultado financeiro líquido	17	**433**	**1.109**
(Prejuízo)/lucro antes do IRPJ e da CSLL		**(2.054)**	**902**
Correntes		(14)	(267)
Diferidos		29	(10)
IRPJ e CSLL		**15**	**(277)**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		**(2.039)**	**625**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Para os exercícios findos em 30/06/2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

	30/06/26	30/06/25
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**(2.039)**	**625**
Outros resultados abrangentes	–	–
Ganho sobre hedge de fluxo de caixa	–	–
Efeito de IRPJ e CSLL	–	–
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(2.039)**	**625**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Para os exercícios findos em 30/06/2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

	30/06/26	30/06/25
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/lucro antes do IRPJ e da CSLL	**(2.054)**	**902**
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	156	91
Resultado na baixa de ativos imobilizados	23	–
Variação cambial do contas a receber	(6)	43
Variação cambial dos fornecedores	229	(263)
	(1.652)	**773**
(Redução)/aumento nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(410)	(894)
Contas a receber – partes relacionadas	(6.345)	(1.379)
Estoques	983	9.863
Impostos a recuperar	(11)	468
Adiantamento a fornecedores	2.332	7.258
Outros ativos	344	(360)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.709	3.273
Adiantamento de clientes – partes relacionadas	882	(32.850)
Impostos e contribuições a recolher	31	(616)
Obrigações com pessoal	(105)	211
Outros passivos	(282)	1.143
Caixa aplicado nas operações	**(2.524)**	**(13.110)**
Irpj e csll pagos	(7)	(70)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(2.531)**	**(13.180)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(345)	(828)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(345)**	**(828)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social	700	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**700**	**–**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(2.176)**	**(14.008)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.153	18.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.977	4.153
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(2.176)**	**(14.008)**

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis - Exercício findo em 30/06/2026 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A AgriLean Inputs S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Avenida Ireno da Silva Venancio, nº 199, na Cidade de Votorantim, Estado de São Paulo. Em 30 de junho de 2026 a Companhia possui cinco filiais, localizadas nas cidades de Barueri-SP, Luis Eduardo Magalhães-BA, Cuiabá-MT, Florianópolis-SC e Boa Vista-RR. Em 16 de setembro de 2022, foi criada a Sociedade Limitada WMS Comércio de Defensivos Ltda., por seu único sócio William Moreira dos Santos e em 16 de fevereiro de 2023 ocorreu aporte de capital e a mudança de sociedade limitada em sociedade por ações, com a retirada do sócio original e a admissão de 35 novos acionistas, entre os quais a JOTEW Participações S.A., holding dos acionistas executivos e 34 grupos de produtores rurais, Pessoas Físicas e Jurídicas, sediados em dez estados da região do cerrado brasileiro. A estrutura societária da Companhia associa acionistas executivos, responsáveis pela gestão, e acionistas produtores rurais, que constituem simultaneamente parcela relevante de sua base de clientes. Essa configuração é disciplinada por acordo de acionistas e pelas práticas de governança corporativa descritas a seguir. Os Executivos sócios através da JOTEW Participações S.A. (investidora JOTEW) acumulam mais de 35 anos de atuação na cadeia de suprimento de insumos agrícolas, relacionamento que sustenta os processos de qualificação de fornecedores e de rastreabilidade dos produtos importados. A base de acionistas produtores rurais representa aproximadamente 650 mil hectares de área plantada, com predominância das culturas de soja, algodão e milho. Presente em todo o cerrado brasileiro, a AgriLean adotou um modelo testado por dois anos, importando defensivos agrícolas dos melhores fabricantes chineses e indianos, selecionados a partir de 35 anos de relacionamento da equipe da JOTEW com altos executivos dessas indústrias. A Companhia tem como principal objeto social a importação, comercialização e distribuição de insumos agrícolas, atuando na conexão entre fornecedores globais e produtores de alimentos, fibras e energia renovável. Suas atividades abrangem a comercialização de defensivos agrícolas, fertilizantes, biofertilizantes, corretivos e sementes, máquinas, drones, equipamentos para aplicação de defensivos, colheitadeiras, implementos, partes e peças destinados ao uso na agropecuária. Atualmente, o portfólio da AgriLean conta com mais de 240 marcas comerciais de defensivos agrícolas, representando mais de 60 diferentes princípios ativos. A administração da Companhia é exercida por Conselho de Administração e por Diretoria estatutária, com atribuições segregadas entre as áreas Executiva, de Operações e Administrativa, Comercial e de Marketing, de Soluções Financeiras e de Gestão de Insumos. As deliberações societárias observam o acordo de acionistas celebrado entre os acionistas executivos e os acionistas produtores rurais, que estabelece as matérias sujeitas a quórum qualificado e as condições de transferência de ações. O nome AgriLean, surgiu da filosofia "Lean", do inglês "Enxuto", e reflete o modelo operacional adotado pela Companhia, orientado à redução de desperdícios, à eliminação de atividades duplicadas e ao atendimento das necessidades do produtor rural brasileiro. A Companhia atua predominantemente por demanda, sem formação de estoques especulativos, buscando eficiência de custos e mitigação de riscos operacionais e financeiros. **1.1 Instabilidade macroeconômica e impacto da inflação:** Os acontecimentos recentes resultaram em vários problemas que afetam a estabilidade da economia global, incluindo conflitos entre países, aumento das taxas de inflação, instabilidade energética e incerteza no setor bancário global, entre outros assuntos. Para o cenário brasileiro, há que se observar os impactos das flutuações das taxas de referência nas análises financeiras, projeções e definição de taxas de desconto e juros, em especial as considerações sobre a trajetória da taxa CDI no exercício findo em 30 de junho de 2026 (de 14,90% ao final de junho de 2025 para 14,15% ao final de junho de 2026, refletindo o início do ciclo de redução da taxa Selic deliberado pelo COPOM em junho de 2026), com potencial de afetar as projeções de fluxo de caixa utilizados na avaliação de *impairment*, o valor presente de passivos atuariais, juros dos empréstimos e rentabilidade das aplicações financeiras. **1.2 Continuidade operacional**: A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2. Base de elaboração e preparação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Companhias NBC TG 1000 (R1), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/09. As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026 foram concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, em 11 de setembro de 2026. **b. Base de elaboração:** As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **c. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis às pequenas e médias Companhias NBC TG 1000 (R1), requer que a Diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são continuamente revisadas pela Diretoria e registradas no exercício em que houve a alteração e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº:** 9 Imobilizado; • **Nota Explicativa nº:** 10 Intangível; • **Nota Explicativa nº:** 18 Provisão para contingências. **e. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado do exercício. **3. Resumo das principais práticas contábeis**: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa**: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **b. Instrumentos financeiros**: **i. Ativos financeiros**: **Classificação**: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração**: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Diretoria. **Desreconhecimento de ativos financeiros**: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **ii. Passivos financeiros**: **Reconhecimento e mensuração**: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente**: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento de passivos financeiros**: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **Compensação**: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c. Contas a receber de clientes**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pelo reconhecimento de perdas por *impairment*, quando necessário. **d. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste ao valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos é analisado periodicamente e contabilizado quando aplicável. **e. Partes relacionadas:** Considera-se parte relacionada um membro-chave da Diretoria, uma entidade ou uma pessoa física, ou um membro próximo da família de uma pessoa física que esteja relacionada à Companhia. Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre a Companhia e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. A Companhia comercializa insumos agrícolas com suas partes relacionadas e praticamente todas as vendas são recebidas antecipadamente, por ocasião do embarque dos produtos importados, permanecendo registradas como adiantamentos de clientes até a transferência dos riscos e benefícios da propriedade. Os montantes transacionados e os saldos dessas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 7. **f. Imobilizado**: **i. Reconhecimento e mensuração**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas de redução ao valor recuperável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii. Custos subsequentes**: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação**: Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear ao longo de suas respectivas vidas úteis econômicas estimadas. A despesa de depreciação é calculada com base no valor depreciável dos ativos, correspondente ao custo de aquisição ou construção, deduzido de seu valor residual estimado. As vidas úteis econômicas e os valores residuais foram determinados com base em avaliações técnicas realizadas pela Administração, refletindo a expectativa de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos. Tais estimativas são revisadas periodicamente pela Administração e ajustadas prospectivamente quando aplicável, em conformidade com as práticas contábeis vigentes As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo do respectivo contrato de locação ou pela vida útil estimada da benfeitoria, dos dois o menor. As vidas úteis econômicas atualmente utilizadas para fins de depreciação são as seguintes:

	Vida útil – em anos
Móveis e utensílios de escritório	6 a 10
Computadores e periféricos	4 a 8
Smartphones e aparelhos de telecomunicação	4 a 10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 30

g. Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear ao longo das vidas úteis econômicas estimadas dos ativos, refletindo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados aos respectivos bens. O cálculo da amortização é efetuado sobre o valor amortizável do ativo, correspondente ao seu custo de aquisição, deduzido do valor residual estimado, quando aplicável. As vidas úteis econômicas foram definidas com base em avaliações técnicas realizadas pela Administração, considerando a natureza dos ativos, sua utilização esperada, a evolução tecnológica e demais fatores econômicos relevantes. Tais estimativas são revisadas periodicamente e ajustadas prospectivamente quando necessário As vidas úteis econômicas atualmente utilizadas para fins de amortização são as seguintes:

	Vida útil – em anos
Softwares	10 a 15
Patentes e marcas registradas	8

As despesas de amortização são reconhecidas no resultado de forma sistemática ao longo das respectivas vidas úteis econômicas dos ativos. **h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)** : A Companhia avalia, ao final de cada período de reporte, se existem evidências objetivas de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. A perda por impairment é reconhecida quando há evidência de que um evento ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo tenha impactado negativamente os fluxos de caixa futuros estimados, de forma que seu valor contábil exceda o valor recuperável. **i. Ativos financeiros**: No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e demais ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado, a Companhia avalia, em cada data de apresentação das demonstrações financeiras, a existência de evidências objetivas de perda de valor. Tais evidências incluem, entre outras, dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor, inadimplência ou atraso no pagamento de principal e juros, quebra contratual, reestruturação de obrigações em condições que a Companhia não consideraria em uma transação normal, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor e a extinção ou desaparecimento de mercado ativo para determinado ativo financeiro em decorrência de dificuldades financeiras. A Companhia considera evidências de perda de valor para seus recebíveis tanto em base individualizada quanto coletiva. Inicialmente, os recebíveis são avaliados individualmente para identificação de perdas específicas. Os ativos para os quais não seja identificada perda individual são posteriormente avaliados de forma coletiva, mediante agrupamento de títulos com características de risco de crédito semelhantes, com o objetivo de identificar perdas incorridas, mas ainda não identificadas individualmente. Os recebíveis individualmente não relevantes também são avaliados coletivamente com base em características homogêneas de risco. A perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor estimado de recuperação de seus fluxos de caixa futuros. As perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e registradas por meio de conta redutora dos respectivos ativos. Quando eventos subsequentes indicam que a perda anteriormente reconhecida diminuiu ou deixou de existir, a reversão é reconhecida no resultado, observados os limites estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. **ii. Ativos não financeiros**: Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto estoques, os valores contábeis são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para identificar indícios de perda por redução ao valor recuperável. Quando tais indícios são identificados, a Companhia determina o valor recuperável do ativo, definido como o maior valor entre seu valor justo líquido de despesas de venda e seu valor em uso. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo supera seu valor recuperável estimado, sendo registrada diretamente no resultado do período. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 30 de junho de 2026, a Diretoria da Companhia não identificou evidências que justificassem o reconhecimento de perdas adicionais por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **i. Fornecedores**: Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal das operações da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos e variações monetárias. **j. Provisões**: **Geral**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **Provisões para demandas judiciais:** Provisões, quando necessárias, são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões quando constituídas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **k. Capital social**: O Capital social da Companhia é formado exclusivamente por ações ordinárias. A Companhia não possui ações negociadas no mercado. **l. IRPJ e CSLL**: **Imposto corrente**: O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Impostos diferidos**: O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações contábeis e, nos casos aplicáveis, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às alíquotas aplicáveis ao exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia espera, nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. **m. Receita operacional**: **i. Venda de produtos**: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos, das bonificações concedidas aos clientes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. A receita é reconhecida com a observância das seguintes condições: • A Companhia tenha transferido os riscos e benefícios significativos a propriedade dos produtos ao comprador; • A Companhia não tenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos, nem efetivo controle de tais produtos; • O valor da receita possa ser mensurado confiavelmente; • Os benefícios econômicos associados a operação tenham sido recebidos, ou serão provavelmente recebidos pela Companhia; e • Os custos incorridos ou a incorrer com relação à operação possam ser mensurados de confiavelmente. Nas operações com clientes, os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos quando os produtos são entregues nos locais acordados, momento em que a receita é reconhecida. Os valores recebidos anteriormente a esse momento, inclusive por ocasião do embarque dos

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/10/2026
ICP Brasil
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Agrilean Inputs S.A.

produtos importados, são registrados como adiantamentos de clientes no passivo circulante. **n. Receitas financeiras e despesas financeiras**: Receitas financeiras compreendem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e, quando aplicáveis, variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método dos juros efetivos. Despesas financeiras compreendem substancialmente as despesas com variação cambial e descontos concedidos e juros pagos. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações cambiais são apresentados separadamente no resultado do exercício, sem compensação entre si. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	30/06/26	30/06/25
Caixa e bancos	61	11
Aplicações financeiras	1.916	4.142
	1.977	**4.153**

Em 30 de junho de 2026, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por Depósitos em Contas Correntes, aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e Compromissadas com lastro de terceiros, de curto prazo, em bancos considerados de primeira linha, com taxa de remuneração que variam entre 85,00% e 96,50% do CDI. A Companhia atua, principalmente, no modelo de recebimento antecipado por seus clientes, conforme nota explicativa nº 7 de Partes Relacionadas.

5. Estoques:

	30/06/26	30/06/25
Produtos para revenda	3.903	4.740
Estoques em poder de terceiros	54	473
Estoques em trânsito	275	–
	4.232	**5.215**

Em 30 de junho de 2026, o custo das mercadorias vendidas reconhecido no resultado foi de R$ 84.348 e no exercício findo em junho de 2025 encerrando a Safra com um custo de R$ 117.103**.**

6. Impostos a recuperar:

	30/06/26	30/06/25
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	344	314
IRPJ retido na fonte – IRRF	166	114
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	15	4
Programa de integração social – PIS	–	17
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	–	65
	525	**514**

O saldo em 30 de junho de 2026 consiste principalmente nas contas a pagar, a vencer, referente a compra, transporte e armazenagem de produtos. **12. Obrigações com pessoal:**

	30/06/26	30/06/25
Férias	131	112
13º salário	46	49
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	6	7
Instituto nacional do seguro social – INSS	28	33
Participação nos lucros e resultados	–	114
Outras obrigações a pagar	10	11
	221	**326**

13. Outros passivos:

	30/06/26	30/06/25
Adiantamentos de clientes	785	1.052
Aluguéis e condomínios a pagar	8	10
Outras contas a pagar	117	130
	910	**1.192**

14. Capital social: Em 16 de fevereiro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia efetuou a transformação de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado, neste ato o capital social subscrito passou a ser de R$ 11.429 (onze milhões, quatrocentos e vinte e nove mil reais), dividido em 11.428.567 (onze milhões, quatrocentas e vinte oito mil, quinhentas e sessenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A seguir relacionamos a composição das ações do capital da Companhia. Do capital social subscrito, o saldo a integralizar pelos acionistas era de R$ 2.915 (dois milhões, novecentos e quinze mil reais) em 30 de junho de 2025 e de R$ 2.215 (dois milhões, duzentos e quinze mil reais) em 30 de junho de 2026, conforme movimentação descrita a seguir. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de outubro de 2025, foi deliberada que as 2.914.281 (dois milhões, novecentas e quatorze mil, duzentas e oitenta e uma) ações ordinárias serão integralizadas, até a data de 31 de dezembro de 2027. Adicionalmente, após a última deliberação e durante o exercício findo em 30 de junho de 2026, houve integralização de R$ 700.000 (setecentos mil), restando 2.214.281 (dois milhões, duzentas e quatorze mil, duzentas e oitenta e uma) ações ordinárias a integralizar até a data de 31 de dezembro de 2027. **Em 30 de junho de 2026:**

Acionista	Ações	Capital subscrito em Reais	Integralizado em Reais	A integralizar em Reais
JOTEW Participações S.A.	3.428.571	3.428.571,00	2.414.285,12	1.014.285,88
Agrícola Decisão Bahia Ltda	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Agropecuária Pradella Três Ltda	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Alan Juliani	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Alexandre Pedro Schenkel	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Astor Roberto Stroschon	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Bissoni Agropecuária Ltda	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
C.P.M Agrícola Ltda	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Carlos Alberto Moresco	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Celso José Minozzo	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Diogo Rutzen Turra	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Edilson Antonio Piaia	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Eduardo Antonio Manjabosco	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Ernesto Martelli	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Eucledes Noglio Merlin	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Jefferson Eugênio Pinesso	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
José Milton Falavinha	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Junior Masanobu Utida	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Kleber Sosnoski	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
KPS Agropecuária Ltda	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Marcelino Kuhnen	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Milton Akio Ide	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Milton Cesar Zancanaro	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Nazaré Agropecuária Ltda	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Neri José Chiarello	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Oscar Stroschon	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Passo Fundo Agro Ltda	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Paulo Massayoshi Mizote	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Ricardo Vieira Neves	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Sergio Pitt	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Shimohira Indústria Comercio Ltda	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Strobel SA Agricultura Pecuaria	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Ulisses Vieira Coutinho dos Santos	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Valdir Roque Jacobowski	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
Wilsemar Jose Dorneles Elger	235.294	235.294,00	200.000,00	35.294,00
	11.428.567	**11.428.567**	**9.214.285,12**	**2.214.281,88**

15. Receita operacional líquida:

	30/06/26	30/06/25
Receita bruta de venda de produtos – partes relacionadas	90.653	109.641
Receita bruta de venda de produtos – terceiros	7.399	31.629
Receita bruta de prestação de serviços – partes relacionadas	777	236
Impostos incidentes sobre as vendas	(771)	(2.524)
Devoluções de venda de produtos e abatimentos	(2.340)	(5.402)
	95.718	**133.580**

16. Despesa por natureza:

	30/06/26	30/06/25
Custos das mercadorias vendidas	(84.348)	(117.103)
Despesas com pessoal	(4.250)	(6.359)
Despesas com vendas	(4.028)	(5.289)
Despesas administrativas e gerais	(5.571)	(5.188)
	(98.197)	**(133.939)**
Custo com a compra de mercadoria vendida	(82.985)	(115.163)
Comissões sobre vendas	(4.028)	(5.289)
Honorários de consultoria, auditoria e advocatícios	(2.840)	(2.708)
Despesas com pessoal e encargos	(4.139)	(6.451)
Impostos e taxas	(1.279)	(410)
Fretes sobre vendas	(749)	(1.400)
Despesas de armazenagem	(599)	(540)
Despesas com viagens	(803)	(1.372)
Feiras, congressos, eventos e marketing	(130)	(143)
Depreciação e amortização	(156)	(91)
Aluguel de imóvel e despesas de ocupação	(214)	(173)
Despesas Regulatórias	(182)	(102)
Outras despesas	(93)	(97)
	(98.197)	**(133.939)**

17. Resultado financeiro:

	30/06/26	30/06/25
Despesas financeiras		
Juros passivos	(4)	(56)
Tarifas bancárias	(5)	(5)
Juros sobre o capital próprio	–	246
Descontos concedidos	(145)	(39)
Variações cambiais passivas	(176)	(952)
Outras despesas	(45)	(23)
	(375)	**(829)**
Receitas financeiras		
Juros ativos	297	21
Descontos obtidos	65	201
Rendimento de aplicações financeiras	291	710
Ganhos em operações com derivativos	–	98
Variações cambiais ativas	155	908
	808	**1.938**
	433	**1.109**

18. Contingências: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cível, trabalhistas e tributárias. A Diretoria, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento, quando aplicável, e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 30 de junho de 2026, a Companhia não possui causas ou riscos classificadas por seus assessores jurídicos com prognóstico de perda provável ou possível. **19. Instrumentos financeiros: a) Instrumentos financeiros por categoria:**

	30/06/26 Custo amortizado	30/06/25 Custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de Caixa	1.977	4.153
Contas a receber de clientes	1.267	851
Partes relacionadas	8.047	1.382
Adiantamento a fornecedores	2.662	3.149
	13.953	**9.535**
Passivos		
Fornecedores	10.426	6.650
Partes relacionadas	1.518	316
Outros passivos circulantes	910	1.192
	12.854	**8.158**
	1.099	**1.377**

b) Gerenciamento de risco: A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A Diretoria desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Durante o exercício findo em 30 de junho de 2026, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos, alavancadas ou especulativas em suas posições financeiras. **c) Risco de crédito e de realização:** A Companhia tem como modelo de negócio receber principalmente de maneira antecipada de seus clientes, os demais são administrados com análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **d) Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras com taxas de juros variáveis, principalmente pelo CDI. Não existe dívidas indexadas a taxas de juros em 30 de junho de 2026. **e) Gestão do risco de liquidez:** A Diretoria da Companhia elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **f) Risco operacional:** É o risco de perdas diretas ou indiretas decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento **g) Risco de moeda estrangeira:** A Companhia importa insumos agrícolas com preços denominados em moeda estrangeira. Como os pagamentos aos fornecedores e os recebimentos dos clientes ocorrem de forma simultânea, a exposição a variações cambiais é substancialmente mitigada. Dessa forma, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção cambial no exercício findo em 30 de junho de 2026. **20. Cobertura de seguros:** Os seguros contratados pela Companhia, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 30 de junho de 2026, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir. As premissas de riscos para seguros, bem como, as políticas de proteção adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Modalidade	Empresa	Valor segurado	Vigência
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	Generali Brasil Seguros S.A.	20.000.000,00	22/12/2025 à 22/12/2026
Transporte internacional – SURA	Seguros SURA S.A.	Despesas importação, se houver movimentação.	01/06/2026 à 01/06/2027
Vidas em grupo	Prudential	Sal. base multiplicado por 12	31/10/2025 à 31/10/2026

Diretoria
William Moreira dos Santos - *Diretor de Soluções Financeiras*
José Milton Falavinha - *Presidente do Conselho de Administração*
Leandro dos Santos Rodrigues
Contador - CRC 1SP293707/O-5

7. Partes relacionadas:

	30/06/26 Ativo						30/06/25 Ativo					
	Contas a receber	Adtos. de clientes	Vendas	Devoluções e abatimentos	Comissões sobre vendas	Resultado Remuneração da Diretoria	Contas a receber	Adtos. de clientes	Vendas	Devoluções e abatimentos	Comissões sobre vendas	Resultado Remuneração da Diretoria
JOTEW Service Ltda.	384	–	5.490	(70)	(3.964)	(2.820)	232	–	2.413	(195)	(5.289)	(4.320)
Agropecuária Pradella Três Ltda	–	–	589	(37)	–	–	–	–	3.276	(2.383)	–	–
Alan Juliani	–	–	489	–	–	–	–	–	702	–	–	–
Alexandre Pedro Schenkel	–	–	2.409	(30)	–	–	–	–	614	(156)	–	–
Astor Roberto Stroschon	–	–	253	–	–	–	–	–	1.863	–	–	–
Bissoni Agropecuária Ltda	–	–	286	–	–	–	–	–	944	–	–	–
C.P.M Agrícola Ltda	–	–	1.429	–	–	–	–	–	382	–	–	–
Carlos Alberto Moresco	–	–	276	–	–	–	343	–	1.558	–	–	–
Celso José Minozzo	269	–	1.413	–	–	–	168	301	3.466	–	–	–
Diogo Rutzen Turra	–	–	301	–	–	–	–	–	1.012	–	–	–
Edilson Antonio Piaia	777	268	6.393	(224)	–	–	–	–	4.481	–	–	–
Eduardo Antonio Manjabosco	450	–	3.146	–	–	–	–	–	2.497	–	–	–
Ernesto Martelli	58	–	1.365	(235)	–	–	–	–	1.055	–	–	–
Eucledes Noglio Merlin	–	320	1.161	(574)	–	–	(1)	–	3.791	(1)	–	–
Jefferson Eugênio Pinesso	–	–	63	(3)	–	–	(68)	–	442	(66)	–	–
José Milton Falavinha	655	–	11.594	(163)	–	–	–	–	8.728	–	–	–
Junior Masanobu Utida	40	–	636	–	–	–	–	–	347	–	–	–
Kleber Sosnoski	403	–	6.940	–	–	–	–	–	5.435	(5)	–	–
Marcelino Kuhnen	–	–	–	–	–	–	–	–	62	(62)	–	–
KPS Agropecuária Ltda	2	1	4.775	–	–	–	–	–	8.163	(1.125)	–	–
Agrícola Decisão Bahia Ltda	–	–	225	–	–	–	–	–	3.493	–	–	–
Milton Akio Ide	–	–	–	–	–	–	–	–	72	–	–	–
Milton Cesar Zancanaro	–	99	12.763	–	–	–	–	–	6.051	–	–	–
Neri José Chiarello	–	–	–	–	–	–	–	–	781	(379)	–	–
Passo Fundo Agro Ltda	–	–	–	–	–	–	–	–	3.162	–	–	–
Paulo Massayoshi Mizote	42	1	9.653	(662)	–	–	662	–	11.581	–	–	–
Ricardo Vieira Neves	–	–	2.373	–	–	–	–	–	3.437	–	–	–
Sergio Pitt	650	–	864	–	–	–	–	–	4.820	(195)	–	–
Shimohira Indústria Com. Ltda	925	509	5.315	(113)	–	–	–	15	4.126	(135)	–	–
Strobel SA Agricultura Pecuaria	–	–	2.340	–	–	–	–	–	2.805	(40)	–	–
Ulisses Vieira Coutinho dos Santos	–	–	–	–	–	–	–	–	8.158	–	–	–
Valdir Roque Jacobowski	537	–	4.680	–	–	–	–	–	4.683	–	–	–
Wilsemar Jose Dorneles Elger	2.535	–	4.188	(229)	–	–	43	–	5.169	–	–	–
Odair Jose de Aguiar	–		21	–	–	–	3		72	–	–	–
Total	**7.727**	**1.198**	**91.430**	**(2.340)**	**(3.964)**	**(2.820)**	**1.382**	**316**	**109.641**	**(4.742)**	**(5.289)**	**(4.320)**

Natureza das transações e condições dos saldos: As transações com partes relacionadas compreendem, substancialmente: **(i)** Operações comerciais de venda de insumos agrícolas a acionistas produtores rurais e a entidades a eles ligadas, incluindo devoluções e abatimentos e são efetuadas com base em termos e condições acordados entre as partes; **(ii)** Comissões sobre vendas devidas a JOTEW Service, conforme prevista em acordo de acionistas; e **(iii)** Remuneração de pessoal-chave da Diretoria. O pessoal-chave da Diretoria **são os diretores executivos. No exercício findo em 30 de junho de 202**6, a remuneração foi de R$ 2.820 mil.

8. Adiantamento a fornecedores:

	30/06/26	30/06/25
Adiantamentos a fornecedores	42	28
Adiantamentos a fornecedores exterior	775	3.121
	817	**3.149**

Os adiantamentos a fornecedores em 30 de junho de 2026 se referem as importações de produtos em andamento, pagas aos fornecedores no momento do embarque dos produtos e realizadas na modalidade *Cost, Insurance and Freight* (CIF).

9. Imobilizado:

	Vida útil média	30/06/2024	Adições	30/06/25	Adições	Baixas	Transferências	30/06/26
Custo								
Móveis e utensílios de escritório	6 a 15	105	–	105	32	(1)	8	144
Computadores e periféricos	4 a 8	107	37	144	4	(5)	–	143
Smartphones e aparelhos de telecomunicação	4 a 10	68	12	80	–	–	–	80
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 30	67	–	67	–	(24)	–	43
Total Custo		**347**	**49**	**396**	**36**	**(30)**	**8**	**410**
Depreciação acumulada								
Móveis e utensílios de escritório	6 a 15	(12)	(11)	(23)	(9)	–	–	(32)
Computadores e periféricos	4 a 8	(29)	(25)	(54)	(40)	2	–	(92)
Smartphones e aparelhos de telecomunicação	4 a 10	(14)	(14)	(28)	(21)	–	–	(49)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 30	(8)	(6)	(14)	(5)	5	–	(14)
Total da depreciação		**(63)**	**(56)**	**(119)**	**(75)**	**7**	**–**	**(187)**
Imobilizado em andamento								
Móveis e utensílios de escritório		–	8	8	–	–	(8)	–
		–	**8**	**8**	**–**	**–**	**(8)**	**–**
Imobilizado líquido		**284**	**1**	**285**	**(39)**	**(23)**	**–**	**223**

A Companhia avaliou os impactos de negócio e mercado e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado, independente do resultado apurado no período, o qual está aderente. **10. Intangível:**

	Vida útil	30/06/2024	Adições	Transferências	30/06/25	Adições	Transferências	30/06/26
Custo								
Softwares **(1)**	10 a 15	143	–	52	195	–	229	424
Patentes e marcas registradas	8	–	–	534	534	–	–	534
Total Custo		**143**	**–**	**586**	**729**	**–**	**229**	**958**
Amortização acumulada								
Softwares	10 a 15	(27)	(35)	–	(62)	(14)	–	(76)
Patentes e marcas registradas	8	–	–	–	–	(67)	–	(67)
Total da amortização		**(27)**	**(35)**	**–**	**(62)**	**(81)**	**–**	**(143)**
Intangível em andamento								
Intangível em andamento **(2)**		26	771	(586)	211	309	(229)	291
		26	**771**	**(586)**	**211**	**309**	**(229)**	**291**
Total do intangível		**142**	**736**	**–**	**878**	**228**	**–**	**1.106**

(1) Transferência do período consiste na implantação da plataforma e-commerce. **(2)** Saldo do período consiste em gastos para obtenção de novo registro junto ao MAPA e inclusão de nova cultura no registro Lactofen. Em 30 de junho de 2026, a Companhia avaliou os impactos de negócio e mercado e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo intangível, independente do resultado apurado no período, o qual está aderente.

11. Fornecedores:

	30/06/26	30/06/25
Mercado interno	7.219	761
Mercado externo	1.369	5.889
	8.588	**6.650**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Conselho de Administração da **Agrilean Inputs S.A.,** Votorantim – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Agrilean Inputs S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agrilean Inputs S.A.** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transação com partes relacionadas**: Chamamos a atenção para o fato que a Empresa mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba, 11 de setembro de 2026.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. *CRC 2 SP 015165/O-8*
Rafael Toshio Tiba - Contador *CRC 1 SP 319360/O-1*

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/10/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**